

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.693 - SP (2018/0341658-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : JANDIR MANOEL COSTA
ADVOGADO : ANDRÉA PINTO AMARAL CORRÊA E OUTRO(S) - SP120338
AGRAVADO : INDUSTRIA DE ALIMENTOS PAULISTA COMERCIO E DISTRIBUICAO EIRELI
AGRAVADO : MONCOES INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI
AGRAVADO : G. BRASFOODS DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS EIRELI
AGRAVADO : CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
ADVOGADO : FÁBIO RODRIGUES GARCIA E OUTRO(S) - SP160182

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ Fl. 277):

Não se confirmando nem sequer indício de que, mesmo sem ser extra virgem, como se rotula, o azeite Tradição ofereça risco à saúde humana e não se confirmando a lesão moral ao consumidor que o adquiriu, mera frustração e mero aborrecimento, mantém-se o decreto de improcedência da demanda indenizatória.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 287/288).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação dos arts. 186 e 927 do CC e 6º, IV e VI, 18, e 39, VIII, do CDC. Sustenta, em síntese, que "*não se trata de hipótese de mero aborrecimento, mas sim legítimo dano moral impingido ao autor, idoso e com problemas de saúde, que se sentiu compreensivelmente enganado, além de preocupado com as consequências que o consumo do produto poderia, e ainda pode, lhe trazer*".

Apresentadas contrarrazões às fls. 308/317.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, cumpre salientar que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do novo CPC, motivo pelo qual o presente recurso será examinado à luz do Enunciado Administrativo nº 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

O inconformismo não merece prosperar.

A Corte de origem, com fundamento nas provas produzidas nos autos, manteve a sentença em que se entendeu que não ficou demonstrado o dano moral do autor. Confira-se o seguinte trecho do acórdão (fls. 277/279):

"Tal qual observou a respeitável sentença, há prova isenta e convincente, o laudo de dezembro de 2015 do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o INMETRO, de que o azeite Tradição não é extra virgem (fls. 27/47).

Além dessa "não conformidade" (fls. 44 e 46), haveria provável "adição de outros óleos vegetais", que reduziria ou eliminaria "o efeito benéfico" da "concentração de ácidos graxos monoinsaturados", "grande atrativo do azeite" (fl. 47).

Todavia, não há nem sequer indício de que o azeite Tradição ofereça risco à saúde humana, a que não fazem referência notas de entidade privada de defesa do consumidor, a PROTESTE, que se limita a negar que se trate de azeite extra virgem (fls. 50/53 59/63).

Em contrapartida, a contestação trouxe ensaios de laboratórios particulares de 10 de agosto a 1º de setembro de 2016, de 19 de janeiro a 5 de fevereiro de 2017 e de 8 a 21 de março de 2017, que atestam a satisfação dos "limites permitidos" (fl. 158/171).

O resultado de ação penal e de mandado de segurança a nada se presta (fls. 82/84 e 202/208 e 187/189), como se dá com os registros da internet (fls. 54/58 e 65/76).

Então, o que se tem é a compreensível preocupação de consumidor - que se submeteu a cirurgia vascular em 2002 (fl. 17), que tomou conhecimento da "adulteração" pelo jornal em 26 de agosto de 2016, que depois disso em duas ocasiões, 25 de novembro e 26 de dezembro de 2016, adquiriu o mesmo azeite (fls. 21/22), que inseriu reclamações na internet em 17 (fls. 25/2) e em 23 de janeiro de 2017 e que não aceitou "cortesia" (fl. 23) com o risco que o produto geraria a sua saúde, o que não se sugere.

Assim, nada de 'abalo psíquico', o que há é frustração com a qualidade ou com a falta de qualidade do produto, típica hipótese de aborrecimento, sem lesão a direito da personalidade.

Por isso mesmo, não se justifica a pretendida indenização moral, cuja rejeição se mantém.

Anota-se que a maior sanção à fornecedora já a impôs o autor, ao deixar de adquirir o produto".

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no sentido de aferir se houve, ou não, dano moral passível de indenização, tal como

colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Em reforço:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. CANCELAMENTO DE RESERVA DE HOTEL. DANOS MORAIS E MATERIAIS NÃO CONFIGURADOS. SÚMULA 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte entende que, quando a situação experimentada não tem o condão de expor a parte a dor, vexame, sofrimento ou constrangimento, não há falar em dano moral, uma vez que se trata de circunstância a ensejar mero aborrecimento ou dissabor, mormente quando mero descumprimento contratual, embora tenha acarretado aborrecimentos, não gerou maiores danos ao recorrente.

2. No caso, o cancelamento da reserva do hotel ocorreu cinco meses antes da data da viagem e o estorno do débito do cartão de crédito do cliente se deu na mesma fatura, não acarretando maiores prejuízos. O Tribunal de origem, mediante análise do contexto fático-probatório dos autos, entendeu não estarem presentes elementos que caracterizem a indenização por danos morais.

3. Nesse caso, a reversão do julgado afigura-se inviável, tendo em vista a necessidade de reexame do contexto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 701.905/MG, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, DJe 16/12/2015)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator